

CONCURSO PÚBLICO

Regras Gerais

Procedimento para o direito de ocupação de espaços públicos com outdoors digitais

Secção I
Disposições Gerais
ARTIGO 1.º

OBJETO E MODALIDADE DO CONCURSO

1. O concurso tem por objeto a atribuição do direito de ocupação de espaço público com quatro outdoors digitais, nas rotundas identificadas nas plantas do anexo II, em local a definir e a acordar entre as partes, depois de adjudicado o direito de ocupação do espaço público.
2. O concurso é público, podendo apresentar proposta todas as entidades que se encontrem nas condições gerais estabelecidas por lei.

ARTIGO 2.º
ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE

A entidade pública contratante é o Município de Ponte de Lima, sito na Praça da República, 4990-620 Ponte de Lima, com o telefone n.º 258 900 400, Fax n.º 258 900 410, endereço de correio eletrónico: geral@cm-pontedelima.pt e sítio na Internet <http://www.cm-pontedelima.pt>.

ARTIGO 3.º
CONCORRENTES

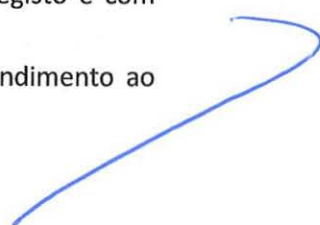
1. Podem concorrer pessoas singulares, coletivas ou equiparadas, individualmente ou que declarem a intenção de se constituírem juridicamente numa única entidade ou em consórcio, no caso de lhes ser adjudicado o direito de ocupação.
2. As entidades concorrentes têm de estar reconhecidas como entidades de competência, solvibilidade e idoneidade, que cumpram as seguintes condições:
 - a) Não serem devedores de impostos ao Estado Português;
 - b) Não serem devedores de contribuições à Segurança Social, devidamente comprovada por certidão emitida pelo Instituto de Segurança Social. I. P.;
 - c) Não serem devedores ao Município de Ponte de Lima.

ARTIGO 4.º
CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

O critério para a Adjudicação será o previsto no art.º 12º do presente programa.

Secção II
Propostas
ARTIGO 5.º

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Os interessados poderão formular a sua proposta a concurso, nas datas e locais indicados no Edital de publicação deste concurso.
 2. As propostas e os documentos que as acompanham, podem ser entregues pelos concorrentes ou seus representantes, diretamente durante o período normal de atendimento ao público no GAM – Gabinete de Atendimento ao Múncipe do Município de Ponte de Lima – Praça da Republica, 4990-620 Ponte de Lima, ou remetidas pelo correio sob registo e com aviso de receção.
 3. O período normal de atendimento ao público no GAM – Gabinete de Atendimento ao Múncipe é das 9:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 16:00 h.
- 

4. Se o envio da proposta se efetuar pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese da entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

ARTIGO 6.º

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

1. A entidade que preside ao concurso é o Município de Ponte de Lima, a quem deverão ser apresentadas por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, as reclamações e pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças do processo de concurso.
2. O incumprimento do previsto no número anterior torna o concorrente responsável por todas as consequências da errada interpretação que haja feito.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
4. A adjudicação é da competência da Câmara Municipal, mediante proposta do Júri.
5. O Júri será constituído por:
 - Presidente: Dr. Paulo Barreiro de Sousa, Vereador;
 - Vogal: Dr.ª Sofia Velho, Chefe da DAF;
 - Vogal: Eng.º Carlos Lima, Chefe da DSU.
6. Sem prejuízo de, e por questões logísticas ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros funcionários municipais ou de, em caso de falta ou impedimento de qualquer dos membros efetivos, o Presidente da Câmara Municipal designar substituto.

ARTIGO 7.º

DOCUMENTOS QUE INSTRUEM AS PROPOSTAS

1. A proposta a elaborar deverá ser instruída com os seguintes documentos:
 - a) Identificação do concorrente, mencionando o seu nome, número de contribuinte, número do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou de pessoa coletiva, estado civil, domicílio, ou, no caso de pessoa coletiva, cópia da respetiva matrícula na Conservatória do Registo Comercial;
 - b) No caso de se tratar de um representante de outrem deverá ser apresentada a respetiva procuração com poderes para o respetivo ato;
 - c) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo I;
 - d) Certidão permanente ou autorização para consulta da mesma no sítio www.portaldaempresa.pt, tratando-se de pessoa coletiva;
 - e) E ainda certidão de não dívida às finanças e à segurança social.

ARTIGO 8.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem, serão acompanhados da tradução devidamente autorizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
2. A proposta não poderá conter palavras riscadas, emendas, rasuras ou entrelinhas, a não ser com a respetiva ressalva.

3. A proposta será encerrada em sobrescrito opaco e fechado, em cujo rosto se escreverá as palavras "Proposta - Procedimento para o direito de ocupação de espaços públicos com outdoors digitais" e o nome ou a denominação social do concorrente e o seu endereço.

ARTIGO 9.º

ABERTURA DAS PROPOSTAS

1. A abertura das propostas, em ato público, terá lugar no Edifício dos Paços do Concelho no Salão Nobre e realizar-se-á pelas 10 horas do terceiro dia útil que se seguir ao expirar do prazo para entrega das propostas.

2. À sessão do ato público pode assistir qualquer interessado, mas nele apenas podem intervir os concorrentes e os seus representantes, estes últimos devidamente credenciados.

ARTIGO 10.º

EXCLUSÃO DE CONCORRENTES

São excluídos os concorrentes cujas propostas não sejam recebidas no prazo fixado e ainda os que não reúnam os critérios previstos no artigo 3º.

ARTIGO 11.º

EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

São excluídas as propostas que não contenham os elementos exigidos no artigo 7º e 8º.

ARTIGO 12.º

CRITÉRIO DE QUALIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas dos concorrentes serão analisadas e escalonadas tendo em consideração os seguintes critérios de apreciação:

1 – Fatores a considerar

A) Cedência de um Outdoor Digital ao Município (DO) – critério com uma valoração total de 40%

- o concorrente propõe-se ceder um outdoor ao Município 10 valores
- o concorrente não se propõe ceder um outdoor ao Município 0 valores

B) Regime Ocupacional do projeto dos quatro outdoors (RO) – critério com uma valoração total de 20%

- 50% ou mais para o Município utilizar em publicidade 10 valores
- entre 25% e 49% para o Município utilizar em publicidade 5 valores
- menos de 25% para o Município utilizar em publicidade 0 valores

C) Horário de visualização para os sete dias da semana (HV) – critério com uma valoração total de 20%

- 24 h 10 valores
- 18h das 7h da manhã à 1h do dia seguinte 5 valores
- 16h das 8h da manhã até as 24h 3 valores
- <16 0 valores

D) Preço (PR) – critério com uma valoração total de 20%

A base do concurso para o direito de ocupação de espaços públicos com outdoors digitais é de €100,00 (cem euros)/ano.

CLASSIFICAÇÃO FINAL (CF)

Atendendo aos critérios supra definidos, as propostas serão valorizadas de 1 a 10, até à segunda casa decimal, e ordenadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF=0,40 \times DO + 0,20 \times RO + 0,20 \times HV + 0,20 \times PR$$

$$PR = ((\text{Valor da Proposta em Análise}) / (\text{Valor da Proposta de Maior Preço})) \times 10$$

Subsistindo empate, realiza-se uma Hasta Pública, nos termos previstos dos artigos seguintes.

ARTIGO 13º

NOTIFICAÇÃO DA ADMISSÃO À HASTA PÚBLICA

Os concorrentes empatados serão notificados, com a antecedência mínima de três dias úteis, da hora e local em que terá lugar a realização da Hasta Pública.

ARTIGO 14º

REGRAS GERAIS DO ATO PÚBLICO

1. Serão admitidos ao ato público pessoas singulares ou coletivas, estas devidamente representadas.
2. Antes do início da Hasta Pública serão prestados todos os esclarecimentos sobre o objeto da mesma.
3. Proceder-se-á, em ato contínuo, à licitação oral entre os concorrentes admitidos, ficando a constar da ata os lances sucessivamente oferecidos.
4. A base de licitação do concurso para o direito de ocupação de espaços públicos com outdoors digitais será o valor mais elevado apresentado na proposta de carta fechada, de entre as propostas objeto de empate.

ARTIGO 15º

REGRAS GERAIS DA HASTA PÚBLICA

1. À hasta pública pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e os seus representantes legais, devidamente credenciados.
2. Se o concorrente se fizer representar na sessão de abertura de propostas, deverá o representante estar devidamente credenciado e exhibir o documento conferindo-lhe poderes especiais para intervir em todos os atos da mesma. No caso de intervenção do titular de sociedade será necessária a exibição do seu bilhete de identidade/cartão do cidadão acompanhado de certidão registo comercial atualizada.
3. As propostas são efetuadas por licitação verbal, aberta que seja a praça.
4. O primeiro lance deve corresponder ao valor referido no n.º 4 do artigo 14º, não podendo os lances subsequentes ser de valor inferior a 10,00 € (dez euros).
5. O interessado deve declarar a qualidade em que licita, nomeadamente, em nome próprio ou em representação, ou ainda como mandatário, gestor de negócios ou representante de outrem, apresentando para o efeito documento comprovativo dessa qualidade.
6. A licitação termina quando o Presidente do Júri tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.

7. Terminada a licitação elaborase ata do ato, que deve ser assinada pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório, se estiver presente.

8. Não havendo licitação considera-se o ato público deserto, devendo ser adjudicada ao concorrente que se apresentou para realização da hasta pública.

ARTIGO 16.º

ADJUDICAÇÃO

Com base em deliberação fundamentada pelo júri, no caso de não ter existido empate, a adjudicação será atribuída pela Câmara Municipal ao concorrente cuja proposta fique qualificada em primeiro lugar.

ARTIGO 17.º

NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Nos cinco dias posteriores à respetiva decisão, todos os concorrentes são notificados do ato de adjudicação.

ARTIGO 18.º

NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

O prazo do direito de ocupação do espaço público com outdoors digitais é de um ano, a contar da data da comunicação da adjudicação, eventualmente renovável por sucessivos períodos de um ano, até ao máximo de três anos, mediante autorização expressa da Câmara Municipal.

ARTIGO 19.º

NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

1. Relativamente ao outdoor digital a ceder ao Município, constituem obrigações do adjudicatário:

- a) A sua instalação no local a definir pela Câmara Municipal;
- b) Os custos de manutenção, durante o primeiro ano a contar da data da sua instalação;
- c) O fornecimento do software para a gestão remota dos spots publicitários do Município;
- d) Dar formação aos serviços técnicos do Município para a utilização da plataforma.

2. Relativamente aos outdoors a instalar nas localizações constantes das plantas anexas, constituem obrigações do adjudicatário:

- a) A instalação, os custos energéticos e a sua manutenção;
- b) Permitir a utilização por parte do Município de acordo com o proposto no regime ocupacional do projeto, isto é, da utilização do outdoor a instalar, com mensagens publicitárias, e o acesso remoto ao outdoor para alteração e visualização das mensagens;
- c) Observar as regras de segurança necessárias para impedir o acesso aos outdoors por piratas;
- d) Fornecimento do software para a gestão remota dos spots publicitários do Município;
- e) Formação aos serviços técnicos do Município para a utilização da plataforma.

3. Não é permitida a passagem de mensagens políticas nos outdoors.

4. A adjudicação do direito de ocupação, não isenta o adjudicatário do cumprimento do estipulado no Regulamento da Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Concelho de Ponte de Lima, conforme estipula o n.º 4 do art.º 5º, designadamente o licenciamento da publicidade, bem como das dimensões máximas permitidas naquele.

5. Obriga-se o adjudicatário a manter todos os equipamentos em perfeito estado de conservação, limpeza e higiene, efetuando as reparações e substituições que sejam necessárias, num prazo razoável devendo comunicar de imediato ao Município a avaria e que medidas estão

a ser tomadas para retomar o normal funcionamento dos equipamentos e se possível o tempo previsto para tal.

6. O presente contrato considera-se automaticamente resolvido, ficando o adjudicatário obrigado a remover os video-paineis, caso não seja cumprido o disposto no número anterior ou se os video-paineis se mantiverem sem funcionamento por um período superior a 30 dias, seguidos ou interpolados, por inoperância totalmente imputável ao adjudicatário.

ARTIGO 20.º

CAUSAS DA NÃO ADJUDICAÇÃO

1. O Município de Ponte de Lima reserva-se o direito de não adjudicar a “atribuição do direito de ocupação de espaço público com outdoors digitais”, devendo para o efeito fundamentar a decisão.
2. Caso se verifique a não adjudicação os concorrentes serão notificados da decisão e dos fundamentos que a justifiquem.
3. O Município é soberano nas suas decisões e delas não cabe o direito de recurso.

Secção V

Contrato

ARTIGO 21.º

ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 22.º

RECLAMAÇÕES CONTRA A MINUTA

1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso.
2. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias úteis, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser no referido prazo.

ARTIGO 23.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ESCRITO

1. O contrato é reduzido a escrito e deve ser celebrado no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento da decisão sobre a reclamação contra aquela ou do termo do prazo fixado para o respetivo deferimento tácito.
2. A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato.
3. Se a entidade pública contratante não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta.

Artigo 24º

TRANSMISSÃO DO DIREITO

1. Durante a vigência do contrato não é permitida a transmissão do direito de ocupação, sem autorização expressa da Câmara Municipal, que analisará o pedido.

2. Autorizada a transmissão do direito de ocupação, o prazo entretanto decorrido não interrompe nem suspende o prazo até então decorrido.
3. A violação do disposto nos números anteriores implica a caducidade do direito de ocupação e a reversão, para a Câmara Municipal de Ponte de Lima, do espaço objeto do presente procedimento.
4. A caducidade dá-se na data da prática do ato e a reversão com a comunicação da decisão pela entidade, Município de Ponte de Lima.


Artigo 25º

RESOLUÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO

- 1 - Constituem causas legítimas de resolução do direito de ocupação a violação grave continuada e não sanada ou não sanável das suas obrigações, nomeadamente:
 - a) Utilização das instalações para uso distinto e fora do objeto do presente procedimento;
 - b) Transmissão para terceiros do respetivo direito de ocupação sem autorização expressa da Câmara Municipal de Ponte de Lima;
 - c) Desobediência reiterada a instruções legítimas da Câmara Municipal de Ponte de Lima;
 - d) Qualquer atividade fraudulenta destinada a lesar o interesse do Município de Ponte de Lima;
 - e) Insolvência ou falência do titular do direito de ocupação.
- 2 - Verificando-se um dos casos de incumprimento pelo titular do direito de ocupação que nos termos do número anterior seja causa de resolução do contrato, a Câmara Municipal de Ponte de Lima notificará o titular do direito de ocupação para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, seja sanado o incumprimento, exceto tratando-se de uma violação não sanável.
- 3 - Caso o incumprimento em causa não seja sanado pelo titular do direito de ocupação nos termos previstos no número anterior, a Câmara Municipal poderá resolver o Contrato, com efeitos imediatos, mediante comunicação escrita enviada ao titular do direito de ocupação.

Artigo 26º

RESPONSABILIDADE POR FURTOS E SEGUROS

- 1 - A Câmara Municipal de Ponte de Lima fica isenta de toda e qualquer responsabilidade em caso de furto ou roubo, pelo que o titular do direito de ocupação deverá providenciar a celebração de contratos de seguro.
 - 2 - O titular do direito de ocupação fica obrigado, durante o prazo de vigência do direito atribuído, a realizar com as entidades seguradoras, nomeadamente, contratos de seguro de cobertura de danos nas instalações, equipamentos, mercadorias ou valores que integram e existam no espaço atribuído, designadamente por incêndio, acidente, raio, explosão, inundações, tempestades ou outros fenómenos da natureza.
 - 3 - O titular do direito de ocupação suportará, renunciando ao direito de regresso que eventualmente pudesse vir a ter contra a Câmara Municipal de Ponte de Lima, os prejuízos que possam sobrevir do exercício da ocupação em toda a área abrangida pela mesma, quer a ele próprio quer ao seu pessoal, terceiros, agindo por sua conta, clientes e fornecedores.
 - 4 - O titular do direito de ocupação será também responsável civilmente, dentro da área a que respeita a atribuição do direito de ocupação, por todos os prejuízos causados por ele próprio, pelo pessoal, por terceiros agindo por sua conta e pelos seus fornecedores, renunciando ao direito de regresso que eventualmente pudessem ter contra a Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- 

Artigo 27.º

CASOS DE CADUCIDADE

O Contrato caduca por:

- a) Resolução do contrato;
- b) Acordo mútuo entre as partes;
- c) Denúncia de qualquer das partes;
- d) Incumprimento de uma das partes;
- e) Qualquer outra causa prevista na legislação aplicável

Artigo 28º

INSPEÇÃO

1. O Município de Ponte de Lima reserva-se o direito de efetuar inspeções ao estado de conservação.
2. A fiscalização dará conhecimento por escrito ao titular do direito de ocupação das deficiências verificadas, devendo aquele promover à sua correção no menor tempo possível, informando o Município do decorrer das necessárias operações e do tempo previsto para a sua resolução caso não seja imediata.

Artigo 29.º

ENCARGOS DO CONTRATO

São da inteira responsabilidade do titular do direito de ocupação as despesas resultantes da celebração do contrato.

Artigo 30º

PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Todo o material entregue pelo Município ao adjudicatário ou colocado nos painéis designadamente imagens, gráficos, sons, logotipos, slogans, é propriedade do Município ou, se for o caso, dos proprietários dos spots que se emitam e é material protegido pelas normas de propriedade intelectual e industrial, sendo proibido o seu uso por parte da para qualquer fim diverso do previsto no presente contrato.
2. Do mesmo modo, qualquer spot, imagem ou sucessão de imagens, gráficos, sons, slogans, logótipos, campanha publicitária, que se realize ou produza de qualquer forma, nos outros painéis, é propriedade do adjudicatário, sendo material protegido pelas normas de propriedade intelectual e industrial ficando proibido o seu uso por parte de qualquer entidade ou pessoa, física ou jurídica, sem consentimento expresso por parte do adjudicatário.

Artigo 31º

Características técnicas

1. O outdoor deve ter de dimensão 3840mmx2880mm composto de vários módulos individuais, sendo que a qualidade destes deve ser uniforme e especialmente em caso de avaria (e consequente reparação / substituição), deve ser substituído por módulo que preserve a qualidade e integridade global da imagem.
2. O outdoor deve ter as seguintes características:
 - a) Consumo de energia 250W/m2;
 - b) Brilho > 5.000Nits;
 - c) Garantia de estanquicidade da tecnologia, tanto de poeiras como de água (IP67)

- Frontal e traseiro);
- d) Ecrã/módulos sem necessidade de qualquer tipo de refrigeração e/ou Ventilação;
 - e) Certificações que garantem a qualidade no âmbito da atividade consultada Cert. CE, RoHS, ISO 9001:2001;
3. O Controlo do Painel e Gestão de conteúdos tem de ser efetuado através de software próprio disponibilizado para o efeito que permita a gestão de conteúdos de forma dinâmica e ágil e hardware que permita o acesso por WiFi, 4G e USB.
4. Sempre que possível o painel deve estar orientado para Norte.
5. As fundações para fixação da Estrutura serão executadas pelo adjudicatário, estando sujeitas a licenciamento.
6. Os painéis a colocar deverão cumprir as seguintes especificações e dimensões:
- a) Rotunda da Ribeira: Distâncias de visualização: P10 - 10 a 80m, conforme anexo III;
 - b) Rotunda de S. Gonçalo: Distâncias de visualização: P10 - 10 a 80m, conforme anexo III;
 - c) Rotunda da Feitosa: Distâncias de visualização: P10 - 10 a 80m, conforme anexo III;
 - d) Alameda de S. João: Distâncias de visualização: P5 - 5 a 50m, conforme anexo III.

Artigo 32.º

INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO PROCEDIMENTO E CASOS OMISSOS

1. Qualquer dúvida que seja suscitada na interpretação de algumas cláusulas do presente procedimento, existindo casos omissos, será a mesma esclarecida, ou suprida a omissão, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, devendo ser colocada, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo previsto para apresentação das propostas.
2. A falta de cumprimento da alínea anterior torna o concorrente responsável por todas as consequências da errada interpretação que haja feito.


Artigo 33º

INTERPRETAÇÃO, VALIDADE OU EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os litígios emergentes da execução do contrato serão regulados pela legislação portuguesa em vigor, e submetidos ao foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com renúncia a qualquer outro.

Ponte de Lima, ____ de novembro de 2019,

O Presidente da Câmara Municipal,



Victor Manuel Alves Mendes (Eng.º)

ANEXO I

(De acordo com o disposto no art.º 7.º do Procedimento para o direito de ocupação de espaços públicos com outdoors digitais)

Exmo. Senhor Presidente

Da Câmara Municipal de Ponte de Lima

..... (nome, número de identificação fiscal e morada),
na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para o “Direito de Ocupação de Espaços Públicos com Outdoors Digitais” declara sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado procedimento, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo ao que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

Data:

Assinatura:

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”